**EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM AO CURRÍCULO**

Andréia Cristina de Souza Pinho Gomes

Lourdes Batista Neto Alves

Luzinete Alves Assunção Silva

Sirlene Oliveira da Cunha

Shirley Cosmo da Silva

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo principal dialogar com as possibilidades do currículo da educação infantil bem como refletir sobre as principais concepções e abordagens que influencia o fazer pedagógico desta modalidade educacional. Deste modo procura-se a partir da pesquisa bibliográfica evidenciar uma educação infantil cujas ações vão alem do ato do cuidar e esta mediada pela produção cognitiva lúdica e eficaz. Tomam-se como base da reflexão as propostas do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil cuja proposta curricular é reconhecida e respeitada em várias partes do mundo.

**Palavras- Chaves:** Currículo. Educação Infantil. Concepções

**RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo el diálogo con las posibilidades del plan de estudios de educación infantil y reflexionar sobre los principales conceptos y enfoques que influyen en la pedagógica hacen de esta modalidad educativa. Por lo tanto levantar la vista de la literatura muestran un jardín de infantes cuyas acciones van más allá del acto de cuidado y esta producción cognitiva lúdica y eficaz mediada. Se toman como base para la reflexión de las propuestas del Curricular Nacional de Referencia de la educación infantil cuya propuesta curricular es reconocido y respetado en todo el mundo.

**Palabras-clave**: Currículo. Educación Infantil. Concepciones

1. **INTRODUÇÃO**

Diante da emergente necessidade de se discutir a questão do currículo da educação infantil é que abordamos neste artigo as principais concepções curriculares que influenciam o fazer pedagógico nesta importante modalidade educacional brasileira. O currículo da educação infantil tem sido objeto de estudos e pesquisas de vários autores, já que todas as ações pedagógicas estão estreitamente ligadas a concepção de currículo escolar, desta forma tratará aqui primeiramente da questão histórica e seguida um breve abordagem sobre as proposições do Referencial Curricular nacional da Educação Infantil.

Diante disto busca-se neste artigo dialogar com documentos que formam a proposta curricular da educação infantil em nossos pais fazendo reflexões e ponderando alguns pontos que forem mais necessários. A metodologia do trabalho é de e de fato a pesquisa bibliográfica confrontada com os diálogos e vivencias abstraído do discurso de tantos profissionais que vem ao longo dos anos construindo a educação brasileira.

Deste modo além da reflexão da prática docente e das análises documentais far-se-á diálogos com as ideias de autores como: CAMPOS, ( 2002), CERISARA, (2002), FREIRE, (2001), FREITAS, (1999), KRAMER, (1996, 2001), KUENZER, (1999), MOREIRA, ( 2000), PIMENTA, ( 2002).

**2- EDUCAÇÕES INFANTIS E O CURRÍCULO UM QUESTÃO DE LEGALIDADE**

 Os estudiosos como Kramer (1996), Moreira e Silva (2000), apontam por de suas reflexões que a educação infantil brasileira iniciou com caráter privado em 1875 com os famosos jardins de infância no estado do Rio de Janeiro e em seguida São Paulo. No século segui a visão dos jardins de infância são redimensionadas com a proposta de Froebel o ocasionou o aumento de instituições que assistiam as crianças pequenas.

Na década de 70 estas instituições foram cometidas pelo fracasso escolar, o qual se atribui ao fato de se ter importado uma idéia nova dos Estados Unidos da America. E exatamente neste período que a escola de educação infantil é aberta para os sem cultura, como eram chamados os pobres na época. Esta nova educação infantil recebeu um caráter assistencialista, toda via considerava que a criança pobre era incapaz de produzir conhecimentos.

Em 80 acontecem vários movimentos nacionais em prol dos direitos humanos, e com a abertura política da Constituição de 1988, que abordou leis favoráveis a proteção do menor e assegurou o atendimento em creche para crianças até sete anos de idade. Estas ações também levaram as mulheres que outrora eram ocupadas somente no serviço de suas casas a se lançarem no mercado de trabalho, o que aumentava consideravelmente as aberturas de creches para que seus filhos fossem atendidos em tempo integral.

Em 1996 um marco histórico na educação brasileira com a criação da LDBEN/96 que trouxe uma Nova nomenclatura para os jardins de infância chamando-os de pré-escola e atendendo crianças de quatro a seis anos de idade. A lei expressou da seguinte forma:

**Art. 29º.** A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade odesenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

**Art. 30º.** A educação infantil será oferecida em:

**I -** creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

**II -** pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

**Art. 31º.** Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registrodo seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

 Esta lei foi de fato um divisor de águas para educação infantil brasileira que consubstanciada ao relatório da UNESCO e por iniciativa do MEC passa a “considera-se a criança um sujeito social e histórico e as Instituições de Educação Infantil como espaço de cuidado e educação das crianças de zero a seis anos, possibilitando a integração entre os diferentes aspectos de desenvolvimento humano”. Este foi sem dúvida um salto para a proposta da educação infantil.

**3- A TRAJETÓRIA CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

De acordo com Kramer (1991, p. 14) “currículo é uma obra que está a meio caminho entre o texto puramente teórico e o manual de atividades, configurando-se como instrumento de apoio à organização da ação escolar e, sobretudo à atuação dos professores.” É uma rica faze de travessia entre a teoria e prática, e num caminho razoavelmente curto poderemos adotar o discurso de que temos Omã práxis consistente na educação infantil.

 No pensamento de Sacristan (2000), são muitos caminhos e muitos olhares que vem ao logo da trajetória formalizando o currículo, que como tal em sido objeto de estudos e reflexões de cientistas da educação e tantos outros olhares aguçados, na busca de entendê-lo ou de aperfeiçoá-lo.

Não podemos esquecer que o Currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, da socialização, que atribui à educação escolarizada, ou de ajuda ao desenvolvimento de estímulo e cenário do mesmo, o reflexo de um modelo educativo determinado, pelo que necessariamente tem de ser um tema controvertido e ideológico, de difícil concretização num modelo ou proposição simples. (p. 15)

 Diante dos argumentos de Sacristan (2000), podemos dizer que o currículo escolar faz parte uma trama imensurável consubstanciada com as fazes de formação histórica e com os olhares imutáveis

 Além dessas concepções, o currículo pode ser entendido também como uma série de experiências escolares em volta de um conhecimento que contribui para a identidade de cada aluno. Desta forma, currículo é uma construção cultural e ideológica e também uma forma de expressar interesses e forças que permeiam o sistema educativo.

Sacristán (2000) aponta alguns conceitos de currículo de diversos autores dentre eles Kramer (2001), que assevera que o currículo é tudo que a escola para vivencia educativa de seus sujeitos, neste sentido:

Na realidade brasileira, o debate em torno do currículo tem mordido as pontas do problema, mas não o miolo: ou se refere à escola; ou se vincula a dimensão macro, aborda modelos, desenhos e políticas numa perspectiva ampla, supondo que é possível mudar a força, o real, com decretos, projetos, referenciais ou parâmetros sem mudar condições. (Kramer, 2001, p. 129).

Esta afirmação aponta para uma necessidade um tanto emergente, a saber, a ressignificaçao da organização escolar. Pois o currículo deve dar conta de dirigir a interação entre administrativo e pedagógico no interior da escola. Estas e outras ações curriculares impreterivelmente devem estar consubstanciadas ao projeto político pedagógico da instituição de ensino. Nesta direção o currículo deve compreendido como a realidade imediata dos sujeitos envolvidos no processo cognitivo, e deve, pois levar em consideração o contexto socioeconômico destes atores.

Nas escolas brasileiras muitos são os enfoques dados ao currículo escolar e na esfera da pesquisa científica isto não tem se mostrado diferente. São aspectos importantes da elaboração curricular a “historicamente criada dentro de uma sociedade cultural, política, social e escolar”. Neste direcionamento Moreira e Silva (2000.p.22) vêem o currículo como “um artefato social e cultural devido à sua multiplicidade de fins aos qual a escolarização se refere”.

Segundo Anísio Teixeira (1968), o currículo deve ser centrado na criança, “pois é a criança a origem e o centro de toda atividade escolar”. (Teixeira apud Moreira, p. 53). Já Dewey define currículo com o “conjunto de atividades nas quais as crianças se engajarão em sua vida escolar” (apud. Moreira, p.93). Por isso, o currículo deve ser centrado em projetos, atividades e problemas.

**4- UM REFERENCIAL PARA AS ESPECIFICIDADES**

 Após o debate nacional feito pelo MEC e pelas universidades brasileiras onde se levou em consideração as experiências obtidas nas longas jornadas históricas da educação 0o governo brasileiro cria então o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil doravante denominado apenas por sua sigla RCNEI. Este documento representou um novo paradigma para educação infantil, trazendo em seu bojo uma proposta inovadora e salutar.

, é fruto de um amplo debate nacional, no qual participaram professores e diversos profissionais que atuam com as crianças contribuindo com inúmeros conhecimentos originários de longas experiências práticas dos mesmos. O RCNEI representa um grande avanço na educação infantil, pois busca soluções educativas para a superação tanto do lado da tradição assistencialista das creches como da antecipação da escolaridade das pré-escolas.

O documento versa sobre os seguintes temas da educação infantil:

* Objetivos;
* Conteúdo;
* Orientações;
* Didática;
* Diversidade cultural brasileira;
* Reflexões que envolvem os conteúdos de cunho “psicológicos, físicos, intelectual e social junto à sua família e a comunidade”.

Ao contrario do que se pensa este documento não um currículo para a educação infantil escolar e sim um referencial que possibilita que cada instituição tenha subsídio e direção para que possa elabora sua proposta. Neste modo não pode dizer que exista um currículo nacional, mas um referencial do qual a escola elabora seu currículo de acordo com suas especificidades guiadas por referencial de base nacional comum cujos princípios são:

* O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc;
* O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
* O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
* A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
* o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.(BRASIL,1998.p12)

 Estes princípios dão uma nova cara á educação infantil pois agora o caráter assistencialista deixa de existir dando lugar para a dimensão do cuidar, educar e brincar. A educação infantil recebe a partir do RECNEI um caráter pedagógico que embasado em teorias construtivistas dão lugar a um currículo novo e eficaz. Desta forma a educação infantil recebe uma nova dimensão de educar, cujos objetivos se expressam da seguinte maneira:

Embora as crianças desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, a educação tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, considerando, também, as possibilidades de aprendizagem que apresentam nas diferentes faixas etárias. Para que isso ocorra, faz-se necessário uma atuação que propicia o desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social.

* As capacidades de ordem física estão associadas à possibilidade de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, ao auto conhecimento, ao uso do corpo na expressão das emoções, ao deslocamento com segurança.
* As capacidades de ordem cognitiva estão associadas ao desenvolvimento dos recursos para pensar, o uso e apropriação de formas de representação e comunicação envolvendo resolução de problemas.
* As capacidades de ordem afetiva estão associadas à construção da auto-estima, às atitudes no convívio social, à compreensão de si mesmo e dos outros.
* As capacidades de ordem estética estão associadas à possibilidade de produção artística e apreciação desta produção oriundas de diferentes culturas.
* As capacidades de ordem ética estão associadas à possibilidade de construção de valores que norteiam a ação das crianças.
* As capacidades de relação interpessoal estão associadas à possibilidade de estabelecimento de condições para o convívio social. Isso implica aprender a conviver com as diferenças de temperamentos, de intenções, de hábitos e costumes, de cultura etc.
* As capacidades de inserção social estão associadas à possibilidade de cada criança perceber-se como membro participante de um grupo de uma comunidade e de uma sociedade

Para que se possa atingir os objetivos é necessário selecionar conteúdos que auxiliemos desenvolvimento destas capacidades.(BRASIL,1998.p. 47)

Este documento base esta elaborado em três partes distintas: Volume 1: Introdução, Volume 2: Formação pessoal e social e Volume 3: Conhecimento de mundo. Sua base teórica visa possibilitar uma organização espacial, pedagógica na educação infantil que de fato respeite a criança e suas dimensões sócias culturais e econômicas, como:

* A interação com crianças da mesma idade e de idades diferentes em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem e do desenvolvimento e da capacidade de relacionar-se;
* Os conhecimentos prévios de qualquer natureza, que as crianças já possuem sobre o assunto, já que elas aprendem por meio de uma construção interna ao relacionar suas idéias com as novas informações de que dispõem e com as interações que estabelece;
* A individualidade e a diversidade;
* O grau de desafio que as atividades apresentam e o fato de que devam ser significativas e apresentadas de maneira integrada para as crianças e o mais próximas possíveis das práticas sociais reais;
* A resolução de problemas como forma de aprendizagem. (BRASIL,1998.p. 52)

De acordo com os RCNs (1998):

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, e isto porque, através das interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditória que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos. (p.21)

 Desta forma se pode afirma que ação pedagógica da educação infantil ao assumir este novo caráter entre o cuidar e o brincar tem uma proposta curricular totalmente voltada para criança pequena e seu desenvolvimento integral.

**5- CONCLUSÃO**

 Diante do exposto pode perceber que o currículo da educação infantil foi evoluindo sua concepção ao longo da história da educação e que o RCNEI como referencial trouxe um avanço considerável para o pensar desta modalidade. Deste modo construir uma proposta curricular para educação infantil exige mergulhar na pesquisa das diferentes concepções e valorizar o RECNEI como fruto da discussão histórica nacional.

Porém é necessário um longo processo de análise e reflexão e mudanças de práxis, na busca de fortalecer a identidade infantil e de uma escola promotora do desenvolvimento de qualidade.

**5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8.069/90 de 13 de junho de 1990.

BRASIL. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental. Critérios para um atendimento em creches e pré-escolas que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto*.* **Referencial curricular nacional** **para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. Feminização do Magistério. Vestígios do passado que marcam o presente. São Paulo: São Francisco, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, p. 48 – 49, 2001.

FREITAS, Helena Costa Lopes. **A reforma do ensino superior no campo da** **formação dos profissionais da Educação Básica**: as políticas educacionais e omovimento dos educadores. *Educação & Sociedade*. Campinas, v.20, n. 68, p. 17 – 44, dez. 1999.

KRAMER, Sonia. **Pesquisando infância e educação**: um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. (Orgs.). **Infância: Fios e** **desafios da pesquisa**. Campinas : Papirus, 1996. p. 13- 38.

KRAMER, S. (Org.). Formação de profissionais de educação infantil no Estado do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ravil, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **As políticas de formação**: a constituição da dentidade do professor sobrante. Educação & Sociedade. Campinas, vol.20, n.68, dez. 1999.

MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (orgs). **Currículo, cultura e** **sociedade.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIMENTA, S. G.; GHENDIN, E (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e** SACRISTÁN, J. Gimeno**. O Currículo**: Uma reflexão sobre a pratica. 3ª ed., Porto Alegre, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.